

Miracema Transmissora de Energia
Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2020
Com Relatório do Auditor Independente

Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

A Administração da Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“MIR” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia

A Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“MIR” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de abril de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica no estado do Tocantins, proveniente do Leilão ANEEL nº 013/2015.

Em 29 de novembro de 2019 a Companhia concluiu a energização total de seu empreendimento que consiste em 90 km de linha, com capacidade de 230kV (Lajeado – Palmas) e 500kV (Miracema – Lajeado) além de 3 subestações sendo elas: SE Palmas (230kV/138kV), SE Lajeado (500kV/230kV) e SE Miracema (500kV).

A MIR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”).

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2020
Receita operacional líquida	84.113
EBITDA	76.862
Margem EBITDA	91,38%
<u>Reconciliação do EBITDA</u>	
Lucro do exercício	74.199
Depreciação e amortização	55
Resultado Financeiro	-188
Imposto de renda e contribuição social	2.796
EBITDA	76.862

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da MIR e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa, comuns a todas as concessões do Grupo.

Política de qualidade

A MIR, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Companhia, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$63 mil. As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.6, em decorrência dos efeitos de revisão das taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão e respectivos efeitos nas margens de construção, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

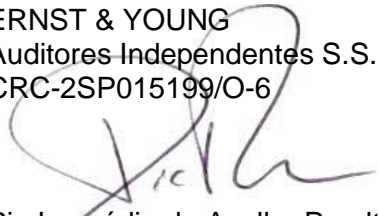
Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019		Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
			(Reapresentado)	(Reapresentado)				(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativos					Passivos				
<i>Ativos Circulantes</i>					<i>Passivos Circulantes</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.495	132	6	Fornecedores	8	646	4.666	11.321
Títulos e valores mobiliários	5	-	1.649	423	Taxas regulamentares		358	3	-
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	7.251	158	-	Impostos e contribuições sociais	9	869	579	1.752
Ativo de contrato de concessão	6	54.396	1.721	-	Dividendos obrigatórios	12	18.526	23.576	18.417
Impostos e contribuições sociais	9	623	693	268	Passivo de arrendamento	7	182	-	-
Outras contas a receber		57	120	140	Outras contas a pagar		1.050	1.597	1.170
Total dos Ativos Circulantes		69.822	4.473	837	Total dos Passivos Circulantes		21.631	30.421	32.660
<i>Ativos Não Circulantes</i>					<i>Passivos Não Circulantes</i>				
Contas a receber de Concessionárias e permissionárias	6	5	-	-	Provisão para contingências		24	6	-
Ativo de contrato de concessão	6	500.449	533.083	304.666	Passivo de arrendamento	7	207	-	-
Depósitos judiciais		-	-	53	Impostos e contribuições diferidos	10	17.089	16.474	8.958
Direito de uso	7	368	-	-	Tributos diferidos	11	20.197	19.520	10.615
Outras contas a receber		177	157	-	Outras contas a pagar		950	10	-
Total dos Ativos Não Circulantes		500.999	533.240	304.719	Total dos Passivos Não Circulantes		38.467	36.010	19.573
					Total dos Passivos		60.098	66.431	52.233
					<i>Patrimônio Líquido</i>				
					Capital social		277.940	272.940	149.092
					Reserva de lucros		195.250	198.342	104.231
					Dividendos adicionais propostos		37.533	-	-
					Total do Patrimônio Líquido	13	510.723	471.282	253.323
Total dos Ativos		570.821	537.713	305.556	Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		570.821	537.713	305.556

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	2020	2019 (Reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		43.503	221.410
Remuneração do ativo de contrato de concessão		<u>40.610</u>	<u>232</u>
Receita operacional líquida	17	<u>84.113</u>	<u>221.642</u>
Pessoal		(1.205)	(185)
Material e outros custos de construção		(1.490)	(110.665)
Depreciação e amortização		(55)	-
Serviços de terceiros		(2.812)	(9)
Outros custos operacionais		<u>(330)</u>	<u>(1.329)</u>
Custos operacionais	18	<u>(5.892)</u>	<u>(112.188)</u>
Lucro bruto		<u>78.221</u>	<u>109.454</u>
Pessoal		(256)	(906)
Serviços de terceiros		(858)	(741)
Outras despesas operacionais		<u>(300)</u>	<u>(77)</u>
Despesas operacionais	18	<u>(1.414)</u>	<u>(1.724)</u>
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e contribuições		<u>76.807</u>	<u>107.730</u>
Receitas financeiras		289	976
Despesas financeiras		(101)	(1.556)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	19	<u>188</u>	<u>(580)</u>
Lucro antes dos impostos e das contribuições		<u>76.995</u>	<u>107.150</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(2.180)	(363)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(616)</u>	<u>(7.517)</u>
Imposto de renda e contribuição social	14	<u>(2.796)</u>	<u>(7.880)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>74.199</u></u>	<u><u>99.270</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	<u>74.199</u>	<u>99.270</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>74.199</u></u>	<u><u>99.270</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial			
Saldos em 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)		149.092	3.877	100.354	-	-	253.323
Aumento de capital		123.848	-	-	-	-	123.848
Retificação da destinação do resultado do exercício anterior		-	-	18.417	-	-	18.417
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	99.270	99.270
Destinação do Lucro líquido do exercício:							
Reserva legal		-	4.964	-	-	(4.964)	-
Reserva especial		-	-	70.730	-	(70.730)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(23.576)	(23.576)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	13	272.940	8.841	189.501	-	-	471.282
Aumento de capital		5.000	-	-	-	-	5.000
Aprovação de dividendos adicionais		-	-	(22.135)	-	-	(22.135)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74.199	74.199
Destinação do Lucro líquido do exercício:							
Reserva legal		-	3.710	-	-	(3.710)	-
Reserva especial		-	-	15.333	-	(15.333)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(17.623)	(17.623)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	37.533	(37.533)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13	277.940	12.551	182.699	37.533	-	510.723

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		74.199	99.270
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 17	(40.610)	(232)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 17	(22.045)	(107)
Receita de implementação da infraestrutura	6 e 17	(1.943)	(230.085)
Custo de implementação da infraestrutura	18	(2.254)	110.665
Amortização do direito de uso	7	55	-
Juros sobre empréstimos e Financiamentos	19	-	1.081
Juros sobre passivo de arrendamento	7	11	-
Imposto de renda e contribuição social	14	2.796	7.880
Tributos diferidos	17	677	8.905
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis		24	6
Provisão de Parcela variável	6	108	-
Receita de aplicação financeira	19	(289)	(976)
		<u>10.729</u>	<u>(3.593)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no saldo de clientes		(7.207)	(158)
Redução no saldo do ativo de contrato de concessão		44.557	286
(Aumento) de impostos e nas contribuições sociais líquidos		(491)	(1.804)
Redução (aumento) nas outras contas a receber		44	(84)
(Redução) nos fornecedores		(1.765)	(117.320)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		354	3
Aumento nas outras contas a pagar		386	437
		<u>35.878</u>	<u>(118.640)</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>46.607</u>	<u>(122.233)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.330)	(158)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>45.277</u>	<u>(122.391)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		1.938	(250)
Caixa líquido gerado (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento		<u>1.938</u>	<u>(250)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		-	29.713
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		-	(30.000)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		-	(794)
Pagamento de passivo de arrendamento	7	(45)	-
Pagamento de dividendos e JCP	12	(44.807)	-
Aumento de capital	13	5.000	123.848
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(39.852)</u>	<u>122.767</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>7.363</u>	<u>126</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	132	6
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	7.495	132
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>7.363</u>	<u>126</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“MIR” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de abril de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Miracema/Lajeado 500 kv e Lajeado/Palmas 230 Kv, bem como das subestações de Lajeado - TO e Palmas - TO, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2015, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 017/2016 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos.

Em 29 de setembro de 2019 a Companhia concluiu a energização do trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão. Em 29 de novembro de 2019 concluiu as últimas energizações que englobam o trecho LT 230kV Lajeado – Palmas (circuito duplo) com aproximadamente 60 km de extensão, a nova subestação de Palmas onde serão conectadas as linhas de transmissão da distribuidora local, e a adequação do trecho LT 500kV Miracema – Lajeado (circuito 1) com a subestação Lajeado.

A MIR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 29 de março de 2021.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar a infraestrutura, operar e manter).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

e) Arrendamentos - A Companhia tendo como base a norma CPC 06 – R2 aplicou o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia remensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento (correções monetárias), para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo “direito de uso”.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

2.6. Reapresentação dos valores correspondentes

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, forneceu orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 para as companhias transmissoras de energia elétrica principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre as margens e taxas de remuneração dos projetos (taxas implícitas), visto que no modelo anterior utilizavam-se as WACC regulatórias estabelecidas pela ANEEL. Com isso, a Companhia identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: (i) R\$3.806 para o exercício de 2019, registrados no resultado do exercício; e (ii) R\$16.469 para exercícios anteriores, registrados no Patrimônio Líquido.

Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Companhia procedeu a rerepresentação dos valores correspondentes de 31 de dezembro de 2019 e saldos de abertura, com os ajustes conforme demonstrado a seguir:

Balanco Patrimonial	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	01/01/2019 (Publicado)	01/01/2019 (Reapresentado)	Impactos
Ativo						
Outros ativos circulantes não afetados	4.473	4.473	-	837	837	-
Total do Ativo Circulante	4.473	4.473	-	837	837	-
Ativo de contrato de concessão	511.345	533.083	21.738	287.009	304.666	17.657
Outros ativos não circulantes não afetados	157	157	-	53	53	-
Total do Ativo Não Circulante	511.502	533.240	21.738	287.062	304.719	17.657
Total do Ativo	515.975	537.713	21.738	287.899	305.556	17.657
Passivo						
Dividendos a pagar	22.672	23.576	904	18.417	18.417	-
Outros passivos circulantes não afetados	6.845	6.845	-	14.243	14.243	-
Total do Passivo Circulante	29.517	30.421	904	32.660	32.660	-
Impostos e contribuições diferidos	15.804	16.474	670	8.414	8.958	544
Tributos diferidos	18.727	19.520	793	9.971	10.615	644
Outros passivos não circulantes não afetados	16	16	-	-	-	-
Total do Passivo Não Circulante	34.547	36.010	1.463	18.385	19.573	1.188
Capital social	272.940	272.940	-	149.092	149.092	-
Reserva de lucros	178.971	198.342	19.371	87.762	104.231	16.469
Total do Patrimônio Líquido	451.911	471.282	19.371	236.854	253.323	16.469
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	515.975	537.713	21.738	287.899	305.556	17.657

Demonstração do Resultado do exercício	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	217.478	221.410	3.932
Remuneração do ativo de contrato de concessão	232	232	-
Receita Operacional Líquida	217.710	221.642	3.932
Custos operacionais	(112.188)	(112.188)	-
Resultado Bruto	105.522	109.454	3.932
Despesas operacionais	(1.724)	(1.724)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas, e dos impostos e contribuições	103.798	107.730	3.932
Resultado financeiro	(580)	(580)	-
Resultado antes dos impostos e contribuições	103.218	107.150	3.932
Impostos e contribuições	(7.754)	(7.880)	(126)
Lucro líquido do exercício	95.464	99.270	3.806

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Lucro líquido do exercício	95.464	99.270	3.806
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	95.464	99.270	3.806

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Saldos iniciais em 1� de janeiro de 2019	236.854	253.323	16.469
Lucro líquido do exercício	95.464	99.270	3.806
Dividendos Obrigatórios	(22.672)	(23.576)	(904)
Outros itens não afetados	142.265	142.265	-
Total do Patrimônio Líquido	451.911	471.282	19.371

Fluxo de Caixa	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Lucro líquido do exercício	95.464	99.270	3.806
Receita de implementa�o da infraestrutura	(226.004)	(230.085)	(4.081)
Impostos e contribui�es	7.754	7.880	126
Tributos diferidos	8.756	8.905	149
Outros itens não afetados	(8.361)	(8.361)	-
Fluxo de caixa operacional	(122.391)	(122.391)	-
Fluxo de caixa de investimento	(250)	(250)	-
Fluxo de caixa de financiamento	122.767	122.767	-
Aumento líquido caixa e equivalentes de caixa	126	126	-

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obriga es de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contrapresta o   qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementa o de infraestrutura - Serviços de implementa o, amplia o, reforço e melhorias de instala es de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementa o de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementa o de infraestrutura   reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado   satisfa o da obriga o de performance de operar e manter. Mensalmente,   medida que a Companhia opera e mant m a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente   contrapresta o daquele mês pela satisfa o da obriga o de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remunera o do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e   determinada no início do projeto e não sofre altera es posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa e variam entre 6,64% e 9,47% ao ano.

c) Receita de corre o monetária do ativo de contrato de concessão – Corre o reconhecida a partir da operacionaliza o do empreendimento com base no  ndice de infla o e metodologia definidos em cada contrato de concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.2. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.5. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato de aluguel, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos mensurados pelo valor presente, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

b) Passivos de arrendamento

A Companhia determina o prazo não cancelável de um arrendamento avaliando as opções de prorrogação e de rescisão do contrato de arrendamento, considerando a razoabilidade de exercer ou não quaisquer dessas opções. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia opta pela aplicação da isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra ou renovação). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de arrendamento para o qual o ativo subjacente é de baixo valor (valores iguais ou inferiores a US\$5 mil). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

(iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	3.721	132
Aplicações Financeiras	3.774	-
	7.495	132

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
CDB e Operações Compromissadas	99,26% do CDI	-

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
Investimento em cotas de fundos – “Pampulha” – Ativo circulante (a)	-	1.649
Taxa de rentabilidade anual acumulada	-	103,8% do CDI

(a) Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS, E ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

	31/12/2020
Concessionárias e permissionárias	7.364
Parcela variável (i)	(108)
	7.256
Circulante	7.251
Não circulante (ii)	5

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

(ii) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

Movimentação da parcela variável	Adição (*)	Reversão (*)	31/12/2020
	(278)	170	(108)

(*) Valor provisionado da parcela variável do período, líquido dos valores descontados, conforme AVC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Linha de transmissão	31/12/2019 (Reapresentado)	Adição (a)	Remuneração	Correção Monetária	Baixas	31/12/2020
LT 500kv Miracema - Lajeado C2/LT 230kv Lajeado - Palmas CD/SE Palmas/SE Lajeado	534.804	1.943	40.610	22.045	-44.557	554.845
Circulante	1.721					54.396
Não circulante	533.083					500.449

Linha de transmissão	01/01/2019	Adição (a)	Remuneração	Correção Monetária	Baixas	31/12/2019 (Reapresentado)
LT 500kv Miracema - Lajeado C2/LT 230kv Lajeado - Palmas CD/SE Palmas/SE Lajeado	304.666	230.085	232	107	(286)	534.804
Circulante	-					1.721
Não circulante	304.666					533.083

(a) As principais adições estão relacionadas aos reforços descritos abaixo:

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida – RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Data de conclusão	REIDI (*)
Miracema - Lajeado C2Lajeado - Palmas C1 e C2 SE Palmas SE Lajeado	Implantação das linhas de transmissão, construção e subestações associadas.	Contrato Concessão ANEEL 017/2016	R\$65.033	R\$275.483	Energizações concluídas em 29/11/2019	Ato Declaratório Executivo da RFB nº 899/2014
SE Miracema	I – Adequação do módulo geral da Subestação Miracema /II – Implantação de um módulo de interligação de barras, arranjo disjuntor e meio	Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.755/2017	R\$1.653	R\$12.635	Concluído em 07/10/2019	Ato Declaratório Executivo da RFB nº 127/2018

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura

• Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP – A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL:

A resolução ANEEL nº 2.725 de 14 de julho de 2020, juntamente com as retificações mencionadas no despacho ANEEL nº 3.219 de 20 de novembro de 2020, estabeleceram a RAP da Companhia para o ciclo 2020/2021, onde considera-se uma RAP de R\$67.939 e um desconto de parcela de ajuste de R\$1.249, perfazendo um total de R\$66.690.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de arrendamento de veículos. Os prazos de arrendamento variam entre 12 e 48 meses. Não existem contratos de arrendamento que contemplem opções de renovação e rescisão, além de pagamentos variáveis de arrendamento. A Companhia, também, possui arrendamentos com prazos iguais ou inferiores a 12 meses e arrendamentos cujo ativo adjacente é de baixo valor. Para esses casos, a Companhia aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor.

a) Direito de Uso

Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e pelos custos esperados na desmobilização.

Direito de Uso	31/12/2019	Adição por novos contratos	Depreciação	31/12/2020
Veículos	-	423	(55)	368

b) Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento reconhecidos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros.

Passivo de Arrendamento	31/12/2019	Juros do período	Adição de novos contratos	amortização	31/12/2020
Veículos	-	11	423	(45)	389
Circulante	-				182
Não circulante	-				207

Abaixo são apresentadas as análises dos vencimentos dos passivos de arrendamento:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Veículos	15	30	137	241	-	423

Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	2020	2019
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	55	-
Despesa de juros sobre passivos de arrendamento	11	-
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e a arrendamentos de ativos de baixo valor (incluídas nas linhas de Outros custos e despesas operacionais)	111	-
Total reconhecido no resultado	177	-

8. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
Nokia Solutions and Networks	260	-
Elecnor do Brasil Ltda	149	1.240
I.G Transmissão e Distribuição	20	1.555
Siemens Ltda.	-	506
Tabocas Participações Empreendimentos S.A	-	419
Treetech Sistemas Digitais Ltda	-	284
Instronic Instrumentos de Testes Ltda	-	306
Outros	217	356
	646	4.666

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O saldo de 31 de dezembro de 2019 refere-se basicamente aos compromissos assumidos para a construção das subestações e linhas de transmissão.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	11	13
PIS e COFINS a compensar	51	51
ICMS	551	549
Outros	10	80
Ativo circulante	623	693
IRPJ e CSLL correntes	542	22
INSS e FGTS	39	228
ISS	51	161
ICMS	22	54
PIS e COFINS a recolher	198	4
Outros	17	110
Passivo circulante	869	579

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias – Passivo (*)	17.089	16.474

(*) Valores referentes à aplicação do CPC47.

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo (*)	20.197	19.520

(*) Valores referentes à aplicação do CPC47.

12. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
	<u>Transações com empresas do Grupo Taesa</u>					
	OCR x disponibilidades -					
1	Reembolso de despesas - Janaúba (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.	Não houve.
2	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Mariana (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	Reembolso de despesas - Janaúba	-	17	-	-
2	Reembolso de despesas - Mariana	-	20	-	-
		-	37	-	-

b) Passivo e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>						
1	OCP - Serviços de "back-office" - Taesa	R\$44 Valor mensal	28/10/2016 a 27/10/2021	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação. judicial ou extrajudicial.	O contrato teve anuência da ANEEL conforme despacho nº 472 de em 15 de fevereiro de 2017.
2	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.	Não houve.
3	Comodato de imóvel	Não possui valor	20/08/2018 a 19/08/2051	N/A	Não houve.	Não houve.
4	OCP x Operação e Manutenção - Taesa	R\$125 Valor mensal	05/12/2019 à 04/12/2024	Multa de 2% + juros de mora de 1% a. m. + atualização monetária IGP-M/Atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido, pela contratante, nos casos inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual pela contratada ou incapacidade técnica.	Não houve.
<u>Transações com a empresas ligadas</u>						
5	OCP x Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	19/03/2012 - término indeterminado (contrato Taesa)	Taxa de administração de 1,0% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
6	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Janaúba (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.	Não houve.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	Serviços de "back-office" - Taesa	50	48	594	578
2	Reembolso de despesas - Taesa	-	1	-	-
4	Operação e Manutenção - Taesa	125	-	1.500	-
5	Previdência privada - Forluz – despesa	-	-	10	1
6	Reembolso de despesas - Janaúba	-	103	-	-
		175	152	2.104	579

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2019 (reapresentado)	adições (a)	Pagamentos	31/12/2020
Dividendos a pagar à Taesa	23.576	39.758	(44.808)	18.526

(a) Aprovação de distribuição de dividendos da reserva de lucros conforme a AGE do dia 11 de novembro de 2020 no montante de R\$22.135 e dividendos obrigatórios referente ao resultado líquido do exercício de 2020 no montante de R\$17.623.

	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de Aprovação	Data de pagamento	Valor
Dividendos Obrigatórios	2019	15/05/2020	AGE	28/05/2020	14.808
Dividendos Obrigatórios	2019	11/11/2020	AGE	29/12/2020	7.864
Dividendos Adicionais	2019	11/11/2020	AGE	29/12/2020	22.135
					<u>44.807</u>

III - Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os Administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado era R\$277.940 representado por 277.940.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado era R\$272.940 representado por 272.940.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Data	Aprovação	Valor
22/01/2020	AGE	5.000

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da nº Lei 6.404/76.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Destinação do lucro líquido do exercício

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	74.199	95.464
Reserva legal	(3.710)	(4.773)
Dividendos obrigatórios	(17.623)	(22.672)
Dividendos adicionais propostos	(37.533)	-
Reserva especial	(15.333)	(68.019)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	2020		2019 (Reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	88.136	88.136	230.567	230.567
(+) Ajuste - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	(18.986)	(18.986)	(230.136)	(230.136)
	69.150	69.150	431	431
Percentual	8%	12%	8%	12%
Imposto	5.532	8.298	34	51
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	289	289	1.099	1.099
Outras	12	12	-	-
Base de cálculo	5.833	8.599	1.133	1.150
Imposto de renda - 15%	(875)	-	(170)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(559)	-	(89)	-
Ajuste de períodos anteriores	20	8	-	-
Contribuição social - 9%	-	(774)	-	(104)
Total de despesa	(1.414)	(766)	(259)	(104)
Total de IRPJ e CSLL		(2.180)		(363)

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro presumido) e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

	2020	2019 (Reapresentado)
Imposto de renda	(400)	(5.527)
Contribuição social	(216)	(1.990)
	(616)	(7.517)

15. COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Prêmio
D&O Responsabilidade civil de diretores e administradores	Zurich Seguradora	18/09/2020 a 18/09/2021	40.000	2
Responsabilidade civil	AXA	20/09/2020 a 18/09/2021	10.000	2
RO – Risco Operacional	Mafre	02/12/2019 a 01/06/2021	95.000	146

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

16.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras de curto prazo	3.774	1.649
Custo amortizado:		
- Caixa e bancos	3.721	132
	7.495	1.781
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	646	4.666
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	948	10
	1.594	4.676

16.4. Risco de mercado

16.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

16.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI (a)	2,75%	4,50%

(a) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 12 de Março de 2021 - Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito no LAI R - 2021–
		Provável
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	3.774	66

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

16.6. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

16.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo e Títulos e valores mobiliários	4 e 5	3.774	1.649	Nível 2

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019 (Reapresentado)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	40.610	232
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	22.045	107
Receita de implementação da infraestrutura	1.943	230.085
Operação e manutenção	12.288	-
Parcela variável (a)	(828)	-
Outras receitas	12.078	143
Receita operacional bruta	88.136	230.567
PIS e COFINS correntes	(2.524)	(16)
PIS e COFINS diferidos	(677)	(8.905)
Encargos setoriais (b)	(822)	(4)
Deduções da receita	(4.023)	(8.925)
Receita operacional líquida	84.113	221.642

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D e Taxa de Fiscalização.

Margens das obrigações de performance	2020
Operação e Manutenção – O&M	
- Receita	12.288
- Custos	(3.638)
Margem (R\$)	8.650
Margem percebida (%)	70,39%

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	2020	2019 (Reapresentado)
Receita operacional bruta	88.136	230.567
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(18.986)	(230.136)
Receita operacional bruta tributável	69.150	431

18. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2020	2019
-Remuneração direta	(754)	(202)
-Benefícios	(381)	(834)
-FGTS e INSS	(326)	(55)
Pessoal	(1.461)	(1.091)
- Custo de implementação de infraestrutura	2.254	(110.665)
- O&M	(3.635)	-
-Outros	(109)	-
Materiais	(1.490)	(110.665)
Serviços de terceiros	(3.670)	(750)
Depreciação e amortização	(55)	-
Outros custos e despesas operacionais	(630)	(1.406)
Total custos e despesas	(7.306)	(113.912)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: Custos de aquisição de materiais, serviços prestados e outros custos utilizados na fase de construção e na manutenção das linhas de transmissão.

Custos e despesas com serviços prestados: Referem-se basicamente a custos relacionados a O&M, CCI e serviços de BackOffice.

Depreciação e amortização: Referem-se basicamente a amortização do direito de uso oriundo a aplicação da IFRS 16.

Outros custos e despesas operacionais: Custos com baixa de equipamentos.

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2020	2019
Rendimentos de aplicação financeira	289	976
Receitas financeiras	289	976
Empréstimos e financiamentos - Juros incorridos	-	(1.081)
Arrendamento financeiro	(11)	-
Outras receitas (despesas) financeiras - líquidas	(90)	(475)
Despesas financeiras	(101)	(1.556)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	188	(580)

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2020, 57% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (39% em 31 de dezembro de 2019).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 12 – Partes relacionadas.

21. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Contrato de Back-Office e Operação e Manutenção dos ativos - Conforme nota explicativa nº 12 - Partes relacionadas, a Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de back-office e de operação e manutenção de suas instalações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

Trecho	Licença de operação nº	Data de emissão	Vencimento
SE Palmas	3359/2019	11/07/2019	11/07/2024
SE Miracema	3523/2019	16/07/2019	16/07/2024
Lajeado – Palmas	4149/2019	07/08/2019	07/08/2029
SE Lajeado	4174/2019	08/08/2019	08/08/2024
Miracema – Lajeado	5297/2019	02/09/2019	02/09/2029

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- o Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- o Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- o Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- o Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- o Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- o Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico.

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, será disponibilizada no sítio eletrônico da Taesa até 30 de abril de 2021, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alteração da Diretoria – Em 23 de março de 2021 a AGE da Companhia elegeu o Sr. André Augusto Telles Moreira como Diretor Presidente, Sr. Erik da Costa Breyer como Diretor Financeiro, Sr. Marco Antônio Resende Faria como Diretor Técnico e Diretor Jurídico e Regulatório, Sr. Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor de Implantação.

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49